



## Estatística está a favor de Toffoli

São Paulo, 29 de Setembro, 9:23

### Raymundo Costa

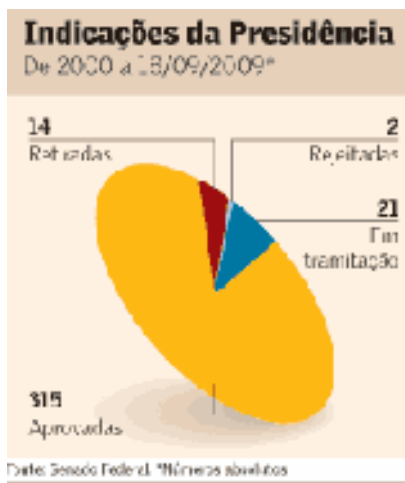
Independentemente da polêmica que provoca, o Senado quase sempre aprova as indicações do presidente da República para o Supremo Tribunal Federal e agências reguladoras, entre outros. Em quase 10 anos, de 2000 a 18 de setembro de 2009, os senadores rejeitaram apenas duas das 352 indicações submetidas pelo Palácio do Planalto, excetuadas dessa conta as indicações a embaixador.

Por esse aspecto, o advogado-geral da União, José Antonio Dias Toffoli, pode encomendar o terno da posse no STF. Além disso, Toffoli fez o dever de casa: visitou os senadores da situação e da oposição, jantou com um e outro, quando pôde. E mais, a aprovação do nome do advogado-geral para o STF não altera o equilíbrio das forças no Supremo: o presidente Lula terá os mesmos nove dos 11 ministros do Supremo até quando indicar o substituto de Eros Grau, em 2010.

Eros Grau, o "cupido", como é chamado no STF, foi indicado por Lula, assim como o nome de Toffoli é submetido para a vaga de outro ministro do Supremo avalizado pelo presidente: Carlos Alberto Direito. Isto é o que explica manutenção da relação de forças: saem dois e entram dois indicados por Lula.

A audiência de Toffoli é amanhã. Se for mantida a tradição seu nome será depois aprovado no plenário. Somente alguma motivação política - ou revanche pessoal - tem sido capaz de impedir o Senado de endossar o nome indicado pelo presidente da República. Mesmo quando ele está em baixa ou em fim de mandato. Em seus últimos três anos de governo (2000, 2001 e 2002), Fernando Henrique Cardoso aprovou todas as indicações que fez de autoridades no plenário do Senado.

O levantamento sobre o comportamento do Senado em relação às indicações do presidente da República, no período de 2000 a 18 setembro de 2009, é do **cientista político Ulisses Rapassi, da empresa de consultoria Macropolítica**. Ulisses acompanha sistematicamente os relatórios da presidência do Senado Federal. No último mês, diante da polêmica em torno da indicação de Toffoli, decidiu-se a garimpar as mensagens com indicações de autoridades, à exceção de embaixadores, submetidas ao Senado pelo presidente. Descobriu algumas preciosidades.



No período, o presidente tucano e o petista fizeram 352 indicações ao Senado, numa média de 35 ao ano. O pico se deu em 2007, quando Lula assinou como remetente 55 mensagens com indicações de autoridades.

É da competência privativa do Senado aprovar previamente, por voto secreto e após audiência - as famosas sabinas - a escolha de ministros do STF, do Tribunal de Contas da União (TCU), dos diretores das agências reguladoras como a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e Agência Nacional do Petróleo (ANP), e do presidente e diretores do Banco Central (BC), entre outros.

"Neste período de quase 10 anos o percentual de aprovação pelo Senado é de 89%", registrou Ulisses, num curto texto de oito páginas. Segundo o consultor da Macropolítica, "4% correspondem a indicações retiradas pelo próprio presidente, 6% ainda estão em tramitação e apenas 1% foi rejeitada pelo Senado".

Aos casos: em 2005, Lula indicou Denise Abreu para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). A mensagem foi retirada pelo próprio presidente, que reapresentou seu nome para a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), em 14 de dezembro de 2005. Denise foi aprovada no início de fevereiro de 2006, mas não resistiu a uma sequência de más notícias no setor: o acidente do avião da Gol na Amazônia, a greve dos controladores, o caos aéreo.

Em números absolutos, Ulisses encontrou duas rejeições do Senado à indicação do presidente. O caso mais expressivo foi o do ex-deputado pelo PDT do Rio de Janeiro Luiz Salomão, indicado pelo presidente Lula em 2003 para uma diretoria da ANP. Salomão chegou a distribuir os convites para a posse, mas "teve seu nome rejeitado por ação direta do presidente do Senado à época" - então como agora, senador José Sarney.

É um caso clássico de como as coisas podem ser processadas no Senado: Sarney esperou dez anos para dar o troco a Salomão, que era deputado na CPI do Orçamento em 1993, e fez muito esforço para envolver o grupo do ex-presidente da República entre acusados na comissão, particularmente Roseana Sarney, sua filha, e Edison Lobão, o atual ministro das Minas e Energia do governo Lula.

A segunda e última rejeição foi a da indicação de Bruno Pagnoccheschi para a Agência

Nacional de Águas (Ana). Para a história, Paganoccheschi, nome de primeira linha na área, foi vítima da represália dada pelo Senado no mesmo dia em que o presidente Lula declarou desastrosamente que o Senado Federal era uma "casa de pizzaiolos".

Há os casos em que a indicação ferve em fogo brando. Esse é o caso de Arthur Badin, indicado para o Cade. Ele amargou seis meses até sua aprovação no plenário, por conta de uma postura combativa quando atuou como procurador do órgão.

As duas rejeições contaram com a ajuda decisiva do PMDB, a maior bancada do Senado. Toffoli deve tomar cuidado especial com o PMDB, que quer mundos e fundos de Lula, mas atualmente é devedor - e muito - do presidente da República, cuja atuação foi decisiva para a manutenção do presidente do Senado no cargo - Sarney tinha o mandato ameaçado por 11 representações e denúncias ao Conselho de Ética. A rejeição de Toffoli, se ocorrer, será portanto um ponto fora da curva.

**Raymundo Costa é repórter especial de Política, em Brasília.**